



Revista de Gestão Costeira Integrada -
Journal of Integrated Coastal Zone
Management

E-ISSN: 1646-8872

rgci.editor@gmail.com

Associação Portuguesa dos Recursos
Hídricos

Maciel Lopes, Vera de Fátima; de O. Mattos, Ubirajara Aluizio; Lianza, Sidney; Rodrigues
da Silva, Elmo; dos Santos, Paula Raquel

Dinâmicas territoriais e a organização dos pescadores: A experiência da rede solidária da
pesca no Brasil

Revista de Gestão Costeira Integrada - Journal of Integrated Coastal Zone Management,
vol. 11, núm. 2, 2011, pp. 187-196

Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos
Lisboa, Portugal

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=388340133004>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Dinâmicas territoriais e a organização dos pescadores: A experiência da rede solidária da pesca no Brasil *

Territorial dynamics and the organization of fishermen: The experience of the fisheries solidarity network in Brazil

Vera de Fátima Maciel Lopes ^{@, 1}, Ubirajara Aluizio de O. Mattos ¹, Sidney Lianza ², Elmo Rodrigues da Silva ¹,
Paula Raquel dos Santos ¹

RESUMO

Este artigo apresenta uma análise sobre território e identidade socioterritorial na pesca artesanal. Considerando os processos hegemônicos de produção e as dificuldades dos pescadores em manter a sua cultura, ressalta-se a importância em contribuir com o fortalecimento das organizações dos pescadores, evidenciando as experiências desenvolvidas no âmbito da Rede Solidária da Pesca, onde se articulam projetos e ações políticas que visam a fortalecer as comunidades pesqueiras.

No Brasil, a pesca artesanal é uma atividade produtiva que pode ser encontrada em todas as regiões, tanto no interior como no litoral e representa, segundo dados do Ministério da Pesca e Aquicultura, 60% da produção de pescado de todo o país. Guardadas as particularidades regionais, a pesca artesanal sobreviveu a diversos ciclos de crescimento econômico. Porém, relatos de pescadores evidenciam que, nos últimos anos, a dificuldade de manter um padrão de vida digno na pesca vem aumentando consideravelmente. A atividade interage com as modalidades de uso dos espaços litorâneos e dos recursos hídricos, em geral, marcadas pela expansão da atividade turística e industrial e pela discussão de privatização e remodelamento dos organismos de gestão das águas e de controle e gestão na cadeia produtiva da pesca. Vale ressaltar que as estratégias políticas historicamente adotadas no Brasil pautaram-se por um modelo “desenvolvimentista” focado no crescimento econômico acelerado, cujos maiores beneficiados são os grandes grupos econômicos. Neste cenário, o meio ambiente é tido como mero recurso a ser explorado, e os modos de vida tradicionais não são valorizados.

Nos últimos anos, a necessidade de superação das crises econômicas acirrou, ainda mais, a concorrência e a demanda de exploração e controle dos recursos naturais pelos oligopólios dos vários setores econômicos: petróleo e gás, mineração, hidroelétricas, agronegócios, pesca industrial, entre outros. O crescimento das atividades nesses setores tem gerado impactos socioambientais que comprometem as diversas formas de vida nos territórios da pesca artesanal. Por sua vez, as ações das políticas locais em apoio à pesca em geral atendem a nichos de mercados monopolizados que acabam por beneficiar os chamados “atravessadores” ou as grandes indústrias pesqueiras. Diante deste quadro, o pescador tradicional consegue manter-se nos limites de subsistência incorporando, cada vez mais, as fileiras das populações empobrecidas e sem identidade.

@ - Autor correspondente / corresponding author: verafml@gmail.com

1 - UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro / PPG-MA

2 - UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro / SOLTEC

O território aqui é concebido como espaço social produzido, seja no que se refere às delimitações físicas, seja no que diz respeito à construção das relações sociais de poder e de suas representações simbólicas. Destacam-se as especificidades e particularidades no modo de vida dos pescadores artesanais que interagem nos processos de construção da identidade socioterritorial. A menção às dinâmicas territoriais no título deste artigo refere-se à polissemia no emprego do conceito de território, às mudanças na identidade socioterritorial dos pescadores artesanais e às articulações em redes que implicam flexibilidade, respeito às culturas locais, decisões participativas, entre outros.

Palavras-chave: Território, Pesca, Identidade Territorial, Rede

ABSTRACT

This article presents an analysis of the effects of social territorial identity on artisanal fishing. Considering of the hegemonic processes of fishing production and the challenges they present to those who work as artisanal fishermen to maintain their culture, illustrates the importance of developing fishermen's organizations. highlighting the experiences developed under the Fisherman association (Rede Solidária da Pesca), where articulated projects and political actions are aimed at strengthening the fishing communities.

In Brazil, artisanal fishing is a productive activity which can be found in all regions, both inside and on the coast and is according to the Ministry of Fisheries and Aquaculture this activity represents around of 60% of fish production from all over the country. Saved regional peculiarities, the fishing has survived several cycles of economic growth; however, reports indicate that fishermen in recent years, the difficulty of maintaining a decent standard of living in fishing has increased considerably. Activity interacts with the modalities of use of coastal areas and water resources in general, marked by the expansion of tourism and industry, and the discussion of privatization and remodeling of the management agencies and water control and supply chain management in fisheries.

It is worth noting that historically the political strategies adopted in Brazil, guided by a model "development" focused on the accelerated economic growth whose major beneficiaries are large corporations. In this scenario, the environment is regarded as a mere resource to be exploited, and traditional ways of life are not valued. In recent years, the need to overcome the economic crisis intensified, even more so, competition and demand for exploration and control of natural resources by oligopolies of the various economic sectors: oil and gas, mining, hydroelectric, agribusiness, fishing industry, among others.

The growth of activities in these sectors has generated social and environmental impacts that compromise the various forms of life in the territories of fishing. In turn, the actions of local policies in support of fisheries in general, cater to niche markets monopolized that ultimately benefit the so-called "middlemen" or the large fisheries industries. Given this scenario, the traditional fisherman manages to remain within the limits of subsistence incorporating increasingly, the ranks of impoverished people without identity. The land here is conceived as a social space produced, whether in regard to physical boundaries, either in relation to the construction of social power relations and their symbolic representations. Highlight the specificities and particularities in the livelihood of fishermen who interact in the processes of construction of a identity from the social reality and the territory characteristics. A mention of territorial dynamics in the title of this article refers to the use of polysemy in the concept of territory, to changes in socio-territorial identity artisanal fishermen and the joints in networks that require flexibility, respect local cultures, participatory decision-making, among others.

Keywords: territory, Fishing, Identity and social territorial, Network

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo objetiva analisar os conceitos de território e identidade socioterritorial no âmbito da pesca artesanal no Brasil, reforçando a importância das articulações em redes a partir da descrição da experiência da Rede Solidária da Pesca, uma iniciativa que envolve pescadores, universidades, projetos e representantes dos poderes públicos municipais e federais de diversas regiões do país.

No Brasil, a atividade pesqueira está tradicionalmente ligada às comunidades costeiras e ribeirinhas, que historicamente desenvolveram inúmeras artes de pesca (arrasto, cerco, vara, tarrafa, espinhel, etc.), adaptadas às características de cada região e ao tipo de embarcação.

A manutenção da pesca como atividade econômica viável e autossustentável ecologicamente tem grande importância social e cultural, pois qualifica os membros das comunidades tradicionais em áreas afins à sua história de vida, impedindo que estes sejam incorporados a outras atividades secundárias, que acabam por promover uma descaracterização cultural.

No Brasil, a lei de nº 11.959/2009 define que a pesca é

toda operação, ação ou ato tendente a extrair, colher, apanhar, apreender ou capturar recursos pesqueiros. A pesca pode ocorrer em escala artesanal ou industrial. Segundo Diegues (1973), pescadores artesanais podem ser definidos como aqueles que, na captura e desembarque de toda classe de espécies aquáticas, trabalham sozinhos e/ou em pequenos grupos familiares, explorando ambientes ecológicos relativamente próximos à costa.

Os pescadores artesanais mantêm contato direto com o ambiente natural e, assim, possuem um corpo de conhecimento acerca da classificação, história natural, comportamento, biologia e utilização dos recursos naturais da região onde vivem. (Silvano, 1997).

No Brasil, o primeiro cadastramento oficial de pescadores foi realizado em 1967, com a criação do Registro do Pescador (RP). Segundo dados do MPA – Ministério da Pesca e Aquicultura, os RP/2010 mostram que existem 808.570 pescadores artesanais profissionais. No que tange à produção, os dados de 2009 apontavam para um volume de 1.240.813 toneladas, dos quais cerca de 60% refere-se à pesca artesanal.

A pesca industrial e a aquicultura de grande escala vêm crescendo e recebendo incentivos governamentais. Por terem melhores recursos, conseguem maior acesso ao crédito, isenção de impostos, flexibilização nos processos de legalização, seja para a implantação ou funcionamento de estruturas produtivas, entre outros. Já a pesca artesanal e a aquicultura familiar enfrentam dificuldades em todos os elos da cadeia produtiva, seja na captura, produção ou comercialização. O privilégio aos grandes empreendimentos reflete a opção por um modelo socioeconômico exportador. No entanto, os incentivos aos empreendimentos do setor pesqueiro em geral são tímidos se comparados a outros setores econômicos.

Nos últimos anos, o governo federal vem se esforçando para manter as aplicações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que incentiva a criação de grandes projetos hidroelétricos, complexos portuários, complexos siderúrgicos, entre outros.

O agravante é que estes projetos, de forte impacto ambiental, estão sendo instalados em territórios historicamente ocupados por comunidades tradicionais, e recebem isenções fiscais e facilidades para a liberação dos licenciamentos ambientais.

Quando um grande empreendimento se instala em uma localidade, altera abrupta e significativamente o ecossistema e o modo de vida das populações locais, que passam a conviver com os mais diversos problemas: destruição de manguezais, poluição das águas, poluição atmosférica, aumento populacional, enchentes, aumento do custo de vida, trânsito caótico, especulação imobiliária, entre outros.

Os impactos decorrentes de fatores econômicos, ambientais e políticos comprometem o modo de vida dos pescadores(as) e a fixação de sua identidade. Muitos são forçados, por pressão da especulação imobiliária, a deixar seus locais primários de moradia, transformando-se em favelados. Por vezes, já não conseguem manter-se na pesca e perdem as suas referências, adoecem, tornam-se alcoólatras, desestruturam toda rede familiar.

A constatação das realidades vividas pelas comunidades pesqueiras tradicionais no Brasil coloca na ordem do dia o debate sobre as formas de ocupação e uso do território, pois é nele que as projeções políticas e econômicas ganham concretude, afetando diretamente a vida e trabalho das populações tradicionais que, em muitos casos, são desconsideradas nas formulações e planejamentos dos grandes projetos político-econômicos.

O esforço de reflexão sobre o conceito de território contribui com a práxis desenvolvida no âmbito da Rede Solidária da Pesca (RSP), que é uma articulação de territórios onde se encontram projetos e ações políticas que buscam fortalecer as comunidades pesqueiras e contribuir para melhorar as condições de vida dessas comunidades e potencializar o desenvolvimento socioeconômico da cadeia produtiva da pesca.

Do ponto de vista metodológico, optou-se pelo desenvolvimento de um estudo exploratório conceitual aplicado ao uso do método monográfico com transcrição de diários de campo e observação direta e sistemática. As reflexões teóricas e metodológicas estão alinhadas ao projeto de Pesquisa-Ação na Cadeia Produtiva da Pesca

(PAPESCA/UFRJ), um projeto desenvolvido pelo Núcleo de Solidariedade Técnica (SOLTEC/UFRJ), um núcleo de Ensino Pesquisa e Extensão da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e à pesquisa de tese de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente da Universidade Estadual do Rio de Janeiro/UERJ.

O artigo segue a seguinte estrutura: a) introdução – com uma breve caracterização da pesca no Brasil; b) contextualização sobre as abordagens do conceito de território com foco em vários autores, entre os quais estão Ratzel, Milton Santos, Raffestin, Harvey e Haesbaert; c) busca-se evidenciar a relação entre territorialidade e a identidade socioterritorial dos pescadores artesanais, destacando as vivências dos pescadores do litoral norte do Rio de Janeiro - Brasil; d) descrição das experiências no âmbito da Rede Solidária da Pesca.

Acredita-se que as análises aqui apresentadas possam gerar novos subsídios teóricos, contribuir com a interdisciplinaridade entre as áreas científicas e auxiliar nos debates estabelecidos no âmbito das organizações sociais, especificamente, dos pescadores artesanais.

2. ABORDAGEM TERRITORIAL E SUAS MÚLTIPLAS SIGNIFICAÇÕES CONCEITUAIS

O conceito de território é polissêmico, assume vários significados a partir dos recortes dados pelas diversas áreas das ciências. Haesbaert (2007) apresenta uma síntese das várias noções de território, agrupando-as em quatro vertentes básicas: política ou jurídico-política, cultural ou simbólico-cultural, econômica e natural.

A dimensão jurídico-política diz respeito às relações espaço-poder institucionalizadas. Neste caso, o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder que, na maioria das vezes, mas não exclusivamente, é relacionado ao poder político do Estado. A vertente cultural ou simbólico-cultural ressalta a concepção de território como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido. Na vertente econômica, o território é tido como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho. Na perspectiva “natural”, a noção de território tem como base as relações entre sociedade e natureza, especialmente no que se refere ao comportamento “natural” dos homens em relação ao seu ambiente físico.

O autor reconhece a importância da distinção entre essas quatro dimensões em que usualmente o território é focalizado, mas procura ampliá-la, apresentando outra perspectiva de análise na qual essas dimensões se inserem dentro da fundamentação filosófica de cada abordagem. O autor discute a conceituação de território a partir de dois binômios: materialismo-idealismo e espaço-tempo. O binômio materialismo-idealismo desdobra-se em função de duas outras perspectivas: “parcial”, que irá priorizar uma das dimensões (natural, econômica, cultural, política ou “integradora”, que busca envolver conjuntamente todas as dimensões). O binômio espaço-tempo também é apresentado em dois sentidos: “*i. seu caráter mais absoluto ou*

relacional: no sentido de incorporar ou não a dinâmica temporal (relativizadora), seja na distinção entre entidade físico-material (como coisa ou objeto) e social-histórica (como relação); ii. Sua historicidade e geograficidade, isto é, se trata de um componente ou condição geral de qualquer sociedade e espaço geográfico ou se está historicamente circunscrito a determinado(s) período(s), grupo(s) social(is) e/ou espaço(s) geográfico(s)” (Haesbaert, 2007: 41)

Assim, se o pesquisador trabalha com categorias do materialismo dialético, ele poderá defender uma posição de território que privilegia a sua dimensão material, econômica, contextualizada historicamente, definindo-se a partir de relações sociais, ou seja, tem um sentido relacional (Haesbaert, 2007).

Apesar dessa identificação em função das áreas específicas e do posicionamento do pesquisador, observa-se, no entanto, que há um movimento crescente de incorporações e transmutações do conceito pelas áreas de conhecimento. Por exemplo, o termo “território político” também está relacionado à concepção de fronteiras, especialmente às fronteiras estatais, o que permite relacionar a estudos do campo da geografia, da economia, da sociologia etc.. A concepção de “território simbólico” refere-se ao espaço de construção de identidade, sendo usado em estudos antropológicos, sociológicos e psicológicos.

Ratzel, autor clássico da geografia, traz o sentido político nos estudos de território estabelecendo diálogo com diversas áreas do saber. Ele considerava o território como um espaço qualificado pelo domínio de um grupo humano, sendo definido pelo controle político. Para ele, não é possível conceber um estado sem território. O estudo do homem, seja individualmente, seja associado à família, à tribo, ao Estado, pressupõe também o estudo do território. Reforçando a sua posição o autor sinaliza: “Quando se trata de um povo em via de incremento, a importância do solo pode talvez parecer menos evidente; mas pensemos em um povo em processo de decadência e verificar-se-á que esta não poderá absolutamente ser compreendida, nem mesmo no seu início, se não levar em conta o território. Um povo decai quando sofre perdas territoriais. Ele pode decrescer em número, mas ainda assim manter o território no qual se concentram seus recursos; mas se começa perder uma parte do território, esse é sem dúvida princípio da sua decadência futura” (Ratzel, 1990, p. 74)

Com o crescimento dos estudos das questões ambientais – ordenamento, gestão do espaço, entre outros – a centralidade do Estado no processo de ordenamento e gestão de alguns territórios tem sido motivo de reflexão. O caráter político desse debate é notório: de um lado os “macropoderes” demarcados por interesses econômicos e relações políticas institucionalizadas; e de outro os “micropoderes”, muitas vezes mais simbólicos, produzidos e vividos localmente. (Haesbaert, 2007)

Sack (1986) define território como sendo uma área demarcada, de influência e controle. O autor defende a participação de todos os indivíduos no monitoramento das ações presentes e futuras em um determinado território. Ele entende territorialidade como a intenção de indivíduos ou grupos de produzir, influenciar ou controlar pessoas e relações, através da delimitação e defesa de uma determinada área geográfica.

Segundo Santos (2007, p.13-14), hoje tudo que é considerado essencial no mundo se faz a partir do conhecimento do que é território: “O território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir de manifestações da sua existência (...) o território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida”.

A expressão “território usado” para Santos é quase um correlato direto de espaço (objeto da geografia): “O território usado, visto como uma totalidade, é um campo privilegiado para a análise na medida em que, de um lado, nos revela a estrutura global da sociedade e, de outro lado, a própria complexidade do seu uso”. (Santos, 2000, p.12).

Segundo Santos (2000), na geografia, o espaço resulta de um passado histórico, da densidade demográfica, da organização social e econômica e dos recursos técnicos dos povos que habitam os diferentes lugares, portanto, está impregnado de história. Algo que é produzido e consumido por práticas sociais. Um produto construído, vivido e utilizado como meio de sustentação para as práticas sociais.

Ao fazer a distinção entre território como recurso e território como abrigo, Santos afirma que o território usado é tido como um recurso para os atores hegemônicos, ou seja, ali eles têm a garantia de realização de seus interesses particulares. No entanto, “para os atores ‘hegemonizados’ trata-se de um abrigo, buscando constantemente se adaptar ao meio geográfico local, ao mesmo tempo em que recriam estratégias que garantam a sua sobrevivência nos lugares” (Santos, 2000:12-13).

Para Santos (1985, p.9), a periodização da história é que define como será organizado o território, ou seja, o que será o território e como serão as suas configurações econômicas, políticas e sociais. Ressaltando a dialética dos processos históricos, ele nos ensina que cada momento histórico, cada elemento muda seu papel e sua posição no sistema temporal e no sistema espacial e, a cada momento, o valor de cada qual deve ser tomado da sua relação com os demais elementos e com o todo.

O território também se configura pelas técnicas, pelos meios de produção, pelos objetos e coisas, pelo conjunto territorial e pela dialética do próprio espaço. Somado a tudo isto, Santos vai mais adiante e consegue penetrar, conforme suas proposições e metas, na intencionalidade humana. Para ele, a relação entre o homem e o meio é dada pela técnica de “um conjunto de meios instrumentais e sociais com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço”. (Santos, 1994, p.61).

Para Raffestin (1993, p.154), o território é produto dos atores sociais, do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações, pequenas ou grandes. São esses atores que produzem o território, composto por malhas, nós e redes, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço, passando à implantação de novos recortes e ligações. Dessa maneira, para o autor, a malha, também denominada tessitura é: “(...)

a projeção de um sistema de limites ou fronteiras, mais ou menos funcionalizadas (...). A tessitura é sempre um enquadramento do poder ou de um poder. A escala da tessitura determina a escala dos poderes. Há poderes que podem intervir em todas as escalas e aquelas que estão limitadas às escalas dadas. Finalmente, a tessitura exprime a área de exercício dos poderes ou a área de capacidade dos poderes”.

Na sua concepção, o poder define-se pela capacidade dos atores de agir, realizar ações e produzir efeitos, ou seja, de fazer uso do território e de transformá-lo, respondendo aos interesses e às demandas dos atores pertencentes a este.

Raffestin (1993) diferencia Território e Espaço. Para ele, o espaço é um substrato, um palco preexistente ao território. Destaca que o território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza a fusão de um ou mais elementos/um programa) em qualquer nível. Segundo este autor (p.143-144): “(...) *ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator territorializa um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. (...) o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que a envolve, se inscreve num campo de poder (...).*”

A compreensão de território para Raffestin (1993) passa pela compreensão da construção do território marcado pelas relações de poder exercido por pessoas ou grupos. Sem o poder não se define o território.

Para Corrêa (1996), o território é o espaço revestido da dimensão política, afetiva ou ambas. Nesse sentido, a noção de território identifica-se com a vinculação a determinado lugar. As relações sociais e a consciência de si estabelecem padrões de convivência social, produzindo os símbolos e imagens que materializam a identidade e só adquirem valor quando incorporados a processos voluntários a partir de uma perspectiva endógena. Isso tende a se expressar numa tomada de consciência política que dá ao conceito de identidade um sentido territorial.

O território enche o espaço com conteúdos particulares, relacionados a construções históricas entre pessoas, organizações e Estado. A territorialidade, segundo Corrêa (1996), refere-se ao conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas, que garantiram uma apropriação e uma permanência em um dado espaço por determinados grupos sociais, organizacionais.

Sem desconsiderar a importância dos debates acadêmicos e das questões filosóficas, Harvey, já na década de 80, afirmava que o entendimento do conceito de *espaço* – e acrescentemos o de *território* – não passa meramente pelo debate filosófico. As respostas estão vinculadas às ações humanas, ou seja, à compreensão das práticas sociais e cotidianas no espaço (Harvey, 1985).

Em síntese, o conceito de território é aqui assumido na sua complexidade, envolvendo aspectos econômicos, políticos, culturais e ambientais. Espaço-tempo demarcado pelas intenções das ações humanas na apropriação, acesso, controle e uso das condições materiais, simbólicas, espirituais e éticas.

Vale ressaltar que, independente da filiação a uma ou a outra linha de pensamento, pode-se constatar a relevância

do conceito de território para as pesquisas referentes à pesca, em especial, à pesca artesanal. Na tentativa de aprofundar o debate, no próximo item, relacionam-se os conceitos de território e identidade socioterritorial às “*práticas sociais cotidianas*” de pescadores artesanais do litoral norte do estado do Rio de Janeiro.

3. TERRITORIALIDADE E IDENTIDADE SOCIOTERRITORIAL DOS PESCADORES ARTESANAIS: VIVÊNCIAS DE PESCADORES DO LITORAL NORTE DO RIO DE JANEIRO

O debate sobre territorialidade e identidade socioterritorial permite evidenciar as ações e experiências concretas de pescadores artesanais, os aspectos simbólicos das relações socioterritoriais e os códigos nativos. Por meio de depoimentos, os pescadores traduzem seus sentimentos em relação à realidade da pesca “antigamente” e nos dias atuais. Esse debate possibilita afirmar uma posição de respeito à diversidade, às possibilidades de escolhas sobre o modo de vida, à preservação das culturas tradicionais e do meio ambiente.

Milton Santos (2007, p.20) ressalta que, na atualidade, impera a lógica da “ditadura do dinheiro”, do lucro, que representa os interesses particulares, e há um aparato político, jurídico e ideológico constituído para facilitar e viabilizar a lógica de interesses particulares, desmantelando, se necessário, todos os demais interesses presentes nos territórios.

Ao realizar a atividade pesqueira, os homens cultivam saberes e acabam constituindo uma cultura distinta, dentro de um cotidiano muito peculiar. Essa especificidade nos remete ao conceito de identidade socioterritorial, conforme empregado por Haesbaert (1999, p.172): “*Toda identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente por meio do território, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das idéias quanto no da realidade concreta. O espaço geográfico constitui assim, parte fundamental dos processos de identificação social*”.

O conceito de identidade “socioterritorial” empregado reforça a ideia de que “*não há território sem algum tipo de identificação e valorização simbólica (positiva ou negativa) do espaço pelos seus habitantes*” (Haesbaert, 1999).

Os pescadores artesanais estabelecem, no processo de trabalho, uma relação muito particular com os elementos da natureza. Isso faz parte da construção do seu conhecimento, quanto maior a interação, maior a possibilidade de sucesso na pescaria. Essa relação produz um sentimento de pertencimento e ajuda a caracterizar a sua identidade socioterritorial.

Na atividade pesqueira há um saber tácito que é passado de geração para geração. Esse saber nativo advém da experiência e define escolhas estratégicas que influenciam diretamente o desenvolvimento da atividade. Os ‘pescadores’, por exemplo, são definidos por marcas simbólicas, vinculadas à tradição de posse e uso do local por parte do grupo de pescadores que praticam a pesca familiar ou pesca de parceria (Furtado, 2008).

A água, espaço de produção primária, é onde se desenha objetiva e simbolicamente a territorialidade segundo códigos nativos. Esses códigos (demarcação de pescadores, trajetos

etc.), muitas vezes conflitam com os direitos convencionais. Os pescadores estão expostos às dinâmicas territoriais, em função do avanço da industrialização sobre seus territórios e de políticas públicas nacionais e regionais com externalidades que afetam suas relações grupais e ambientais, seus modos de vida e trabalho e interferem na construção de sua identidade (Furtado, 2008).

Para Marques (2001, p.148), a territorialidade na pesca é um fenômeno que se manifesta sob vários aspectos: *“inclusive, na forma de espaços possuídos que, sendo consuetudinariamente aceitos, explicitam-se em locuções do tipo ‘lugá certo de’ (- o Zezinho tem um lugá certo de pesca) ou ainda (...) ‘Esse porto é de Chico’. ‘Aquele porto é de uma velha’. (...) – O meu porto fica daqui a uma hora de relógio”*.

Esse autor relata que, já em 1960, havia estudos que descreviam o comportamento dos pescadores em relação à demarcação dos lugares de pesca e à escolha do melhor lugar para jogarem as suas redes. Para evitar conflitos quanto ao uso do local, os pescadores tinham um acordo, ou seja, quando o primeiro grupo chegava, fazia uma demarcação com o remo na areia e os demais iam posicionando os seus remos atrás, conforme a ordem de chegada (Marques, 2001).

Não havia necessidade de uma regulação formal – o *território usado* é definido pelo costume e práticas de trabalho. Esses códigos nativos entre pescadores artesanais ganham especificidades de acordo com a região e ajudam a desvelar as características simbólicas de uma atividade profissional tradicional.

Importante destacar que em várias regiões do Brasil, principalmente nas regiões litorâneas, a cultura pesqueira vinha conseguindo manter-se, apesar da urbanização e do crescimento do turismo. Porém, nas localidades em que se instalam grandes empreendimentos industriais a pesca artesanal sobrevive com muita dificuldade. A lógica dos grandes empreendimentos altera o modo de vida não só da cidade onde está instalada, mas de toda a região. O ritmo acelerado das mudanças acaba inviabilizando o modo de vida mais tradicional, seja em relação à preservação dos costumes, seja em relação ao acesso aos recursos pesqueiros.

Essa situação foi evidenciada no âmbito do Projeto Pesquisa-Ação na Cadeia Produtiva da Pesca (PAPESCA/UFRJ), desenvolvido, entre 2004 e 2008, em Macaé, cidade situada no litoral norte do estado do Rio de Janeiro. Durante pesquisas de campo, registraram-se vários relatos e experiências de pescadores que, na sua simplicidade, deixavam transparecer o esforço em manter-se na atividade pesqueira.

Macaé – e toda região norte do estado do Rio de Janeiro –, em finais de 1970, foi palco de grandes transformações com a instalação do pólo petrolífero. Os impactos decorrentes de fatores econômicos, ambientais e políticos passaram a comprometer o modo de vida dos pescadores(as) e a fixação de sua identidade. Muitos são forçados, por pressão da especulação imobiliária, a deixar a orla das praias, local primário de moradia. Outros não conseguem manter-se na pesca. Transformam-se em favelados e perdem as suas referências, adoecem, tornam-se alcoólatras, desestruturam toda a rede familiar.

A luta pela preservação da identidade, das tradições e dos vínculos estabelecidos com os companheiros de pescaria

pode ser verificada nos relatos sobre as práticas de escolhas e demarcações dos pesqueiros, que, em geral, respeitam as tradições. Há um código de “respeito” entre eles, onde costumam afirmar: - *“Esse pesqueiro é de Zico, ali é de Paulo etc.”*. - *“Antes meu pesqueiro ficava a uma hora ao norte da Ilha de Santana, porém depois da descoberta do petróleo fui obrigado a mudar meu local de pesca”*.

O saudosismo de uma época em que, segundo relatos, havia *“grande fartura”* demarca as “falas” dos pescadores dessa região: - *“já ganhei muito dinheiro com a pesca, nem precisava ir muito longe, bastava duas horas, era só jogar a rede, vinha sempre cheia, tinha para todo mundo!”* Ou então: - *“quando eu entrava no Barco, não tinha paragem certa, desembarcava no Rio de Janeiro, e até mesmo em Santos (SP), se a pesca tava boa, a gente ia embora”*. Percebe-se ainda uma forte relação com o mar: - *“O barco era minha casa, eu me sentia melhor no mar do que em terra. Lá eu me sentia bem, tinha mais disposição. Quando eu voltava para terra me sentia meio estranho, dormia muito, então dava logo um jeito de voltar para o mar”* (Pescador aposentado, de Macaé).

Ao comentar sobre as condições de pesca na região: - *“isso aqui era uma maravilha, meu pesqueiro ficava a três horas da praia. A gente saía em três no barco, sempre de tardezinha e era certo voltar de manhã com o sustento da família”* (pescador de Cabo frio - RJ). Segundo relato da filha de um pescador de Cabo Frio: - *“Meu pai costumava pegar camarão aqui na beirinha, quando eu era criança pegava camarão até de balde”*.

Marques (2001) chama a atenção para a demarcação da noção de “posse e de delimitação” afirmando que, entre os pescadores, a relação de posse nas águas se manifesta ao mesmo tempo como um clamor pela “ordem, restrição e respeito aos locais de pesca”, bem como pelo reconhecimento do “direito ao uso comum” dos espaços aquáticos.

A escassez dos recursos naturais decorrente das peculiaridades humanas ajuda a provocar desconexões e rearranjos nos territórios e, consequentemente, nas identidades socioterritoriais. Isso afeta diretamente as relações entre pescadores, aumentando o conflito entre eles, como também com outros setores da sociedade.

A expansão das atividades industriais no litoral fluminense vem provocando aumento populacional. Muitos que ali chegam, buscam melhores condições de vida e trabalho. Porém, ao verem frustradas as possibilidades de emprego nos setores formais, devido ao baixo nível de escolaridade e qualificação profissional, procuram se inserir na pesca como uma alternativa de sobrevivência. Essa situação agrava, ainda mais, a sobrepesca, aumenta o risco de acidentes e gera conflitos com os pescadores tradicionais da região.

Os conflitos pessoais e/ou grupais somam-se às dificuldades e problemas sociais, gerando sentimentos de descrença e impotência que contribuem para a desagregação e exacerbação do “individualismo” entre os pescadores. É comum ouvirmos os pescadores afirmarem: - *“Não quero que meu filho seja pescador!”* Ou ainda: *“pescador, hoje pesca-a-dor!”*

Os fatores que geram desagregações podem (a depender do poder de mobilização, organização da categoria, e também do apoio de instituições e organizações da sociedade civil e do Estado) abrir possibilidades de busca de alternativas

coletivas, seja em relação a melhores condições de vida e trabalho, seja em relação ao fortalecimento das identidades socioterritoriais, ou também ao incentivo à criação de políticas públicas.

4. ARTICULAÇÃO EM REDES: UMA EXPERIÊNCIA DE ORGANIZAÇÃO E APOIO À PESCA ARTESANAL

A discussão sobre “redes” vem tomando espaço significativo nas reflexões sobre as ações coletivas e individuais, em particular aquelas que dizem respeito a garantias de demandas políticas, econômicas e sociais por intermédio de ações contra-hegemônicas, que, segundo Boaventura Santos (2002), são ações coletivas ou individuais de oposição a uma dada realidade política, econômica e social.

As relações sociais têm elementos de poder que libertam e aprisionam, a depender das lutas travadas e dos interesses em pauta em determinada arena social, demonstrando uma forma particular de organização, mas não livre do processo de coação. Esse processo “força” a criação de redes.

Santos (1996) apresenta uma análise metafórica do que vem a ser uma rede, nos transportando para a formação de tecituras onde os “nós” fazem parte de sua composição. Este método de ver a “rede” como mecanismo para estabelecer variados contatos dados pelas relações que envolvem questões de circulação e comunicação de bens materiais e imateriais no atual contexto global, numa perspectiva de significação e significado.

Relacionando ao conceito de território, vale destacar a posição de Raffestin (1993), que reforça a ideia de que o território é fruto de relações sociais amplas, que envolvem Estado, indivíduo e organizações em uma malha de nós e redes, partindo da realidade concreta, que é o espaço, passando à implantação de novos recortes e ligações. Vale também destacar a de Santos, que afirma que mesmo os sujeitos hegemonzados recriam estratégias e buscam garantir a sua sobrevivência nos lugares.

Considerando a importância em apoiar as organizações dos pescadores artesanais e a necessidade de mobilizar pessoas e entidades para demarcar seus espaços reivindicatórios e identitários, descreve-se aqui as experiências vividas no âmbito da Rede Solidária da Pesca, que se define como “uma articulação de diversos setores ligados à pesca artesanal e à aquicultura familiar, que desenvolvem ações diversas que buscam fortalecer as comunidades pesqueiras e contribuir para melhorar as condições de vida dessas comunidades”. A Rede atua em diversos territórios de Norte a Sul do Brasil e estabelece parcerias com outras redes nacionais e internacionais.

O processo de construção da Rede Solidária da Pesca teve início em 2006, com a parceria e intenção de cooperação técnica entre três projetos que envolvem várias instituições e atores sociais: o Projeto Peixes Pessoas e Água (PPAgua), que atua na cadeia produtiva da pesca na região do médio-alto São Francisco, no estado de Minas Gerais; o Projeto Pesquisa-Ação na Cadeia Produtiva da Pesca (PAPESCA/UFRJ), desenvolvido pelo Núcleo de Solidariedade Técnica/UFRJ, que atualmente desenvolve ações no litoral norte,

região dos lagos e litoral sul do estado do Rio de Janeiro; e o Projeto de Manejo de Recursos Naturais da Várzea Amazônica (Próvarzea/IBAMA), que se desenvolve na Bacia hidrográfica do Rio Amazonas nos estados do Pará e Amazonas. Atualmente, a Rede agrega parcerias nos estados do Ceará, no nordeste do Brasil e nos estados do Sul do país, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

O objetivo da Rede Solidária da Pesca é contribuir para a articulação entre territórios, projetos e instituições que promovam o desenvolvimento sustentável da cadeia produtiva da pesca, tendo como base a Economia Solidária. Além disto, possui o foco na pesca artesanal e na aquicultura familiar.

Conforme definição de Alvear (2008, p.37), a Rede Solidária da Pesca está classificada como uma Rede Temática: “*Redes temáticas – São aquelas que se organizam em torno de um tema, segmento ou área de atuação das entidades e indivíduos participantes. A temática abordada é o fundamento desse tipo de rede, seja ela genérica (ex.: meio ambiente, infância) ou específica (ex.: reciclagem, desnutrição infantil)*”.

Constitui-se um desafio, por conseguinte, promover a discussão sobre a pesca no Brasil, construindo uma visão nacional, sem desprezar as diferentes características naturais, sociais, culturais, econômicas e políticas que se apresentam em cada uma das diversas realidades em nosso país continental. Como ressaltou Alvear (2008, p.28): “*Uma crítica às redes temáticas é que uma solução bem sucedida adotada em uma determinada localidade pode não ser aplicável, ou não ser bem sucedida, quando aplicada a outra localidade. Questões sociais estão, na maioria das vezes, diretamente relacionadas a especificidades locais e contextos culturais e, dessa forma, uma experiência bem sucedida em outras localidades pode ter sua replicação dificultada ou impossibilitada*”.

Cuidando dessa peculiaridade, propõe-se a busca pela sustentabilidade dos modelos socioeconômicos locais, para que desenvolvam seus planos de trabalho de maneira independente a partir das especificidades sociais, culturais, econômicas e ambientais de cada região.

A Rede busca constantemente a participação de outros projetos e instituições e o comprometimento de órgãos governamentais, entre os quais a SENAES - Secretaria Nacional de Economia Solidária e o MPA - Ministério de Aquicultura e Pesca. A Rede está ainda aberta para se articular com outras redes que visem ao desenvolvimento de estratégias autossustentáveis e que fortaleçam os princípios de equidade das cadeias produtivas da pesca. Há também uma parceria com os setores pesqueiros, governamentais e universitários de Portugal e Moçambique.

Essa articulação propiciou a organização e a realização de quatro seminários nacionais: o 1º realizado em 2006 na cidade de Pirapora, em Minas Gerais; o 2º em 2007, em Macaé, no Rio de Janeiro; o 3º em 2008 em Santarém, Pará, onde definiu-se os eixos de atuação da Rede. São eles: Geração de Trabalho e Renda, Gestão Compartilhada de Recursos Naturais, Seguridade Social e Segurança no Trabalho, Equidade Étnica e de Gênero, Comunicação, Resgate e Valorização da Cultura do Pescador e o eixo prioritário que trata da Educação Continuada dos Pescadores e da construção de um projeto pedagógico da pesca. O 4º seminário realizou-se em 2010 em Manaus, Amazonas.

Participaram desses encontros representantes de diversas colônias de pescadores, associações de pescadores e de moradores, cooperativas e associações de artesanato, grupos de beneficiamento de pescado, integrantes de ONGs nacionais e internacionais, grupos de repórteres comunitários, construtores de embarcações, instituições de ensino básico, prefeituras e secretarias municipais, universidades e instituições de ensino técnico federais, professores de universidades estrangeiras, órgãos de apoio técnico, pesquisadores e técnicos dos vários projetos e representantes do governo federal.

Visando ao fortalecimento da Rede Solidária da Pesca, no âmbito nacional e local, foram realizados vários seminários regionais. Destacam-se aqui os principais aspectos do seminário realizado no estado do Rio de Janeiro, em outubro de 2008.

Após a formação de uma comissão organizadora, da qual fizeram parte pescadores (de Macaé, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Barra de São João-Casimiro de Abreu e de Búzios), representantes do poder público (de Cabo Frio, Casimiro e de Macaé), pesquisadores e estudantes de universidades públicas e privadas, começaram os preparativos para o I Seminário Litoral Fluminense. Durante o processo de organização do Seminário foram realizadas 9 reuniões, com revezamento dos locais, para viabilizar a participação de um maior número de pescadores em cada local.

O processo de preparação do I Seminário, além de envolver um grupo significativo de pessoas e entidades, foi se constituindo de maneira bastante peculiar. A cada encontro os integrantes foram se conhecendo melhor, se fortalecendo e construindo identidade. A rotatividade nos locais das reuniões também foi um fator importante, pois propiciou maior participação dos integrantes das entidades locais, a troca de experiência e estreitamento dos laços afetivos.

O I Seminário da Rede – Litoral Fluminense contou com a presença de 107 pessoas representando 42 entidades ligadas à pesca. Na programação, foram priorizados os debates em grupos, para que os pescadores tivessem maiores e melhores condições de expor e debater as suas ideias. Para isto, foram organizados cinco grupos, de acordo com os cinco eixos temáticos definidos no processo de organização: 1) Gerenciamento Costeiro; 2) Infraestrutura; 3) Monitoramento e Estatísticas Pesqueiras; 4) Direitos e Benefícios dos Pescadores; 5) Beneficiamento e Aquicultura.

Cada grupo apontou os principais problemas e propostas de encaminhamentos. Na sistematização, as propostas convergentes e comuns foram reagrupadas. De acordo com as análises, os encaminhamentos se transformam em metas, ficando agrupadas em cinco (05) grandes áreas: Educação/Capacitação/Pesquisa; Comunicação; Políticas Públicas (Metas/Ações junto aos Poderes Públicos e Metas/Ações Ambientais); Infra-estrutura; Crédito/Financiamento e Prospecção. Segue abaixo a descrição das principais propostas em cada uma das áreas.

Educação/Capacitação/Pesquisa: Preparar e organizar oficinas de legislação costeira (apreensão e domínio das leis); Organizar cursos de gestão compartilhada em recursos naturais; Preparar oficinas sobre cooperativismo e associativismo (estimular o associativismo); Preparar e

organizar oficina de capacitação de lideranças; Desenvolver a conscientização sobre o cuidado com o meio-ambiente, respeito aos acordos de pesca, para combater o individualismo, etc.; Formar equipe de implementação da metodologia e grupos de atuação e elaboração de projetos; Preparar cursos de capacitação para a utilização adequada dos instrumentos de navegação (GPS, Sonar, radar, radiofonia); Aprofundar a discussão dos temas e articular movimento para implantação de direitos e benefícios dos pescadores; Promover cursos e palestras com parcerias institucionais sobre benefícios e direitos dos pescadores.

Comunicação: Criar um site para a Rede; Criar informativos e Jornal; Usar espaços em jornais e na mídia local; Criar programas de Rádios (rádios locais e rádio costeiro); Fazer um filme sobre o Fundo do Mar; Disponibilizar experiências de planos de manejo que já foram feitos; Consolidar uma cartilha da legislação pesqueira; Socializar as informações técnico-científicas geradas; Construir cartilhas para resgate da história da pesca e aquicultura familiar.

Políticas Públicas – Metas/Ações junto aos poderes públicos: Sensibilizar os representantes das instituições públicas sobre a temática da pesca artesanal; Gerar estudos de impactos ambientais sobre a construção de portos (conhecer, debater e divulgar); Indicar propostas de arranjos portuários às prefeituras municipais; Fortalecer as ações de fiscalização – subsídio para ajudar a fiscalizar acordo de pesca e conscientização; Lutar para que os royalties cheguem aos pescadores; Criar e/ou Fortalecer a atuação dos Conselhos municipais de pesca nos municípios e os Fundos Municipais de Desenvolvimento da Pesca; Propor criar secretarias municipais de pesca; Buscar soluções junto ao MPA para construção de entrepostos de pesca, evitando a “pulverização” dos desembarques e amenizando o problema gerado na relação pescador – atravessador; Consolidar espaços de diálogo entre entidades representativas e órgãos públicos; Lutar pela canalização de recursos dos royalties para a pesca.

Políticas Públicas – Metas/Ações Ambientais: Criar mais Recifes Artificiais (dar uma atenção especial às necessidades de preservação da praia da Rasa, em Búzios); Aproximar o Plano de Gerenciamento Costeiro Estadual; Identificar e implantar áreas de preservação, conservação, exclusão e extrativismo controlado; Fortalecer a fiscalização em vários níveis de ação; Criar novas Resex; Estabelecer e fortalecer os acordos de pesca; Estabelecer critérios ambientais para a liberação (empréstimos) de recursos financeiros;

Fortalecer a atuação no Fórum Estadual Intersetorial Voz aos Povos: Quilombolas, Assentados e Acampados Rurais e Pescadores Artesanais; Desenvolver projetos de recuperação de manguezais.

Infraestrutura: Reivindicar a construção de novos Pólos da Pesca (com participação da comunidade); Renovar a Frota, com financiamento; Gerar condições de Segurança das embarcações; Criar Cooperativas de 1º e 2º grau (Centrais de Cooperativas); Incentivar as iniciativas de Produção (Beneficiamento, Ração com Dejetos, etc.); Propor/acompanhar/fiscalizar obras/instalações de Saneamento Básico; Incentivar as pequenas iniciativas de beneficiamento de pescado.

Crédito/Financiamentos/Prospecção: Influenciar na implantação de políticas de crédito com critérios e ambientais; Buscar os recursos junto ao MPA e às Secretarias Municipais, além de outras formas de financiamentos; Elaborar projetos coletivos para criação de pontos de venda de produtos da pesca artesanal e da aquicultura.

Os resultados com o levantamento dos principais problemas e sugestões foram sistematizados em um relatório que, posteriormente, foi entregue por meio de comissões a todas as prefeituras da região, a diversos órgãos governamentais e demais instituições.

O Seminário oportunizou o encontro de pescadores(as), colocando-os(as) lado a lado para as discussões coletivas dos seus problemas. Os três dias de trabalho, em regime de tempo integral, possibilitaram a estreita convivência, criando um lapso de tempo, onde cada integrante pôde conhecer melhor os seus “parceiros”, trocar experiências, contar histórias, participar de momentos culturais, entre outros. Ao final, sentia-se a satisfação e as forças renovadas para o enfrentamento das batalhas cotidianas.

O trabalho da Rede Solidária da Pesca continua. Em 2010, foram realizados dois cursos de formação de 200 horas em quatro estados do país: Rio de Janeiro, Minas Gerais, Amazonas e Pará. Um curso tratava de aspectos referentes à “*Gestão Social da Cadeia Produtiva da Pesca*” e outro à “*Gestão Compartilhada de Recursos Naturais*”. Os dois cursos tiveram amplitudes regionais e atenderam pessoas de diversas regiões de cada um dos estados. Participaram, em média, 35 pessoas em cada curso. Os conteúdos abordados nos cursos visavam a atender às metas estabelecidas nas reuniões e seminários desenvolvidos no âmbito da Rede Solidária da Pesca.

6. CONCLUSÃO

Buscou-se evidenciar, neste artigo, a necessidade do reconhecimento das diferenças no movimento de realização das culturas. Nenhum modo de vida se afirma, e, simultaneamente, se renova sem a presença de outros modos de vida. No entanto, na sociedade atual, a hegemonização dos modelos de racionalidade técnica, em muitos casos, inviabiliza a permanência de outras lógicas. As potencializações dos recursos financeiros continuam se sobrepondo aos demais interesses, interferindo nos direcionamentos políticos e, enquanto um grupo social tem a opção de escolher entre os territórios que melhor lhe aprouver, outros não têm sequer a opção de viver e manter a sua identidade e dignidade no território de origem.

Apesar dos importantes avanços e conquistas nas áreas ambientais, percebe-se no Brasil, principalmente, em termos de legislação, a necessidade de avançar nas conquistas em termos das políticas públicas. As proposições e ações governamentais ainda ocorrem de forma desarticulada, impedindo, em muitos casos, a sua concretização. É nas práticas políticas, marcadas por aspectos culturais, onde os interesses são negociados, que os acordos são “fechados” e as estratégias estabelecidas. A burocratização, a fragmentação na gestão política do Estado e a fragilidade da organização das populações pesqueiras acabam fortalecendo as ações dos grupos hegemônicos nos territórios.

A dinâmica contida no próprio conceito de território nos

ajuda a compreender a complexidade dos fatores que envolvem a pesca artesanal. Possibilita ainda ampliar o diálogo entre os campos científicos, fortalecendo ações interdisciplinares. A concepção de território aqui assumida se refere, como já aludido, ao conjunto complexo de práticas e representações, por meio das quais os sujeitos sociais atribuem sentido às suas vidas e se projetam na sociedade. O território contribui para exteriorizar os significados de uma determinada cultura.

A sensibilização para apreensão dos seus múltiplos significados deve ser incorporada às proposições de projetos governamentais e, também, à extensão técnica e universitária junto às comunidades tradicionais. Caso contrário, continuarão persistindo os equívocos, os distanciamentos, as contradições e os reducionismos em relação a essas populações, o que limita a percepção integrada dos processos socioambientais e a implementação de ações compartilhadas.

A interação entre território e identidade socioterritorial pareceu-nos bastante apropriada nos estudos da pesca. As análises geralmente restringem-se às questões ambientais, econômicas e políticas. Mas, ao trabalhar com a dimensão simbólica, abre-se uma infinidade de possibilidade, que contribuem para uma maior apreensão do modo de vida dos pescadores artesanais.

O debate buscou evidenciar também que os pescadores(as), apesar de todas as dificuldades, buscam desenvolver mecanismos de “resistências” e de preservação dos seus padrões culturais, seja em relação à ocupação dos espaços aquáticos, nos laços de solidariedade, seja na interação com o meio. A proposição do artigo foi de estimular o debate sobre as escolhas nas tomadas de decisões políticas.

A descrição da experiência da Rede Solidária da Pesca reforça a crença de que as práticas coletivas podem gerar alternativas construtivas que respeitem as diversidades sociais, ambientais, entre outras, interferindo e alterando os direcionamentos políticos no contexto da pesca.

BIBLIOGRAFIA

- Alvear, Celso (2008) - *A formação de redes pelas organizações sociais de base comunitária para o desenvolvimento local: um estudo de caso da Cidade de Deus*. Dissertação de Mestrado, 151p., UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Disponível em http://www.soltec.ufrj.br/administrador/components/com_jresearch/files/publications/CelsoAlexandreSouzaDeAlvear.pdf
- Corrêa, Roberto Lobato (1996) - Territorialidade e Corporação. In Milton Santos, Maria Adélia Souza & Maria Laura Silveira (org.), *Território, Globalização e Fragmentação*, p.251-256, Editora Hucitec, São Paulo, SP, Brasil. ISBN: 8527102730.
- Diegues, A.C.S. (1973) - *Pesca e marginalização no litoral paulista*. Dissertação de Mestrado, 131p., Universidade de São Paulo, NUPAUB/CEMAR, São Paulo, SP, Brasil.
- Furtado, L.G. (2008) - “Reservas Pesqueiras”, Uma Alternativa de Subsistência e de Preservação Ambiental: Reflexões a Partir de uma Proposta de Pescadores do Médio Amazonas. In: L.G. Furtado, W. Leitão & A.F. de Mello (org.), *Povos das Águas: Realidade e Perspectivas na Amazônia*, pp. 243-276, Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, PA, Brasil. ISBN: 8570980345.

- Haesbaert, R. (2007) - *O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. 3ª ed., 395p., Bertrand Brasil, RJ, Brasil. ISBN: 9788528610611.
- Haesbaert, R. (1999) - Redes de diásporas. *Cadernos de Departamento de Geografia* (ISSN: 1516-2869), 2(2):9-15, Niterói, RJ, Brasil.
- Harvey, D. (1985) - *Urbanismo y Desigualdad Social*. 3ª Edição, 340p., Siglo Veintiuno, Madrid, Espanha. ISBN: 843230252-x.
- Marques, J.G. (2001) - *Pescando Pescadores*. 258p., Editora Hicitec, São Paulo, SP, Brasil. ISBN: 8587304054.
- Raffestin, Claude (1993) - *Por uma geografia do poder*. 270p., Editora Ática, São Paulo, SP, Brasil. ISBN: 9788508042906.
- Ratzel, F. (1990) - Geografia do Homem (Antropogeografia). In: A.C.R. Moraes (org.), *Ratzel*, p.32-150, Editora Ática, São Paulo, SP, Brasil. ISBN: 8508035713.
- Sack, Robert David (1986) - *Human Territoriality: Its Theory and History*. 272p., Cambridge University Press, U.K. ISBN13: 9780521311809.
- Santos, Boaventura de Souza (2002) - Os processos de globalização. In: Santos, B. de S. (org), *A globalização e as ciências sociais*, pp.25-104, Editora Cortez, São Paulo, SP, Brasil. ISBN: 8524908351. Disponível em <http://www.eurozine.com/articles/2002-08-22-santos-pt.html>.
- Santos, Milton (1985) - *Espaço e Método*. 120p., Edições EDUSP, São Paulo, Brasil. ISBN: 8531410851.
- Santos, Milton (1994) - *Técnica, espaço, tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional*. 190p., Editora Hucitec, São Paulo, SP, Brasil. ISBN: 9788527102681. Disponível em http://www.4shared.com/document/MS0Z8f7z/_2__Milton_Santos_-_Tcnica_Esp.html
- Santos, Milton (1996) - *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4ª ed., 392p., Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil. ISBN: 85-314-0713-3. Edição de 2006 disponível em <http://www.scribd.com/doc/16391201/Santos-Milton-a-Natureza-Do-Espaco>
- Santos, Milton (2000) - O Papel Ativo da Geografia: um manifesto. *Revista Território*, 9:103-109, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Disponível em http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/09_7_santos.pdf.
- Santos, Milton (2007) - *Território, Territórios ensaio sobre o ordenamento territorial*. 3ª edição, 415p., Editora Lamparina, Rio de Janeiro, RJ. Brasil. ISBN: 9788598271422
- Silvano, R.A.M. (1997) - *Ecologia de Três Comunidades de Pescadores do Rio Piracicaba (SP)*. Dissertação de Mestrado, 147p., Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil.